

Quadro 1. Recomendações principais para a regulamentação e abordagem dos jogos de azar

Recomendações	Descrição
1	O jogo é um problema de saúde pública; ao definir políticas, os governos devem priorizar a proteção da saúde e do bem-estar em detrimento de motivações econômicas concorrentes.
2	Regulamentação eficaz do jogo, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Redução da exposição e disponibilidade dos jogos de azar (proibições ou restrições ao acesso, promoção, marketing e patrocínio). • Suporte e tratamento acessíveis e universais para danos relacionados ao jogo. • Desnormalização do jogo por meio de campanhas de conscientização bem financiadas.
3	Jurisdições que permitem jogos de azar precisam de um regulador bem financiado, independente e capacitado, com medidas mínimas de proteção, como: <ul style="list-style-type: none"> • Proteção de crianças e adolescentes (imposição de idade mínima com identificação obrigatória). • Medidas eficazes de proteção ao consumidor (autoexclusão universal e registro de usuários). • Regulamentação proporcional ao risco dos produtos de jogo. • Medidas obrigatórias que limitem o consumo de jogos de azar (limites de depósito e aposta e sistemas de pré-compromisso).
4	Políticas, regulamentações, tratamentos e pesquisas devem ser protegidos contra a influência comercial. Recomenda-se a transição para pesquisa e tratamento financiados de forma independente, com maior investimento público.
5	Entidades da ONU e organizações intergovernamentais devem incorporar o foco nos danos do jogo em estratégias para melhorar a saúde e o bem-estar.
6	Desenvolvimento de uma aliança internacional com participação da sociedade civil, pessoas com experiência vivida, pesquisadores e organizações profissionais para liderança, advocacia e convocação de stakeholders.
7	Instauração de um processo para adoção de uma resolução da Assembleia Mundial da Saúde sobre as dimensões de saúde pública do jogo.